

A Ciscolonialidade e o Transfeminismo

Gabrielle Silva

Resumo

A cisheteronormatividade é o resultado do processo colonial euro-americano ao redor do globo. Esse processo impôs às sociedades, que anteriormente se organizavam de suas próprias formas, o modelo cisnormativo e binário eurocêntrico, o que acarretou hierarquizações e subjugações de gênero no mundo todo. Entretanto, na atualidade, em algumas culturas a denúncia sobre a não universalidade do modelo europeu está sendo feita e formas de organização anteriores à colonização estão sendo retomadas, com vistas a libertar as sociedades desse sistema de sexo/gênero tão oneroso a todos. Com isso, a partir de revisão bibliográfica discutiremos a tentativa de (re)construção de sociedades em que todos sejam livres para experimentarem e vivenciarem suas identidades, sexualidades e corpos de forma plural. Para tanto, teóricas têm demonstrado que o transfeminismo é ferramenta teórica e prática fundamental no combate ao ciscolonialismo.

Palavras-chave: Ciscolonialidade; Cisheteronormatividade; Identidades plurais; Transfeminismo.

1 Introdução

No presente ensaio, busco evidenciar de que maneira a cisheteronormatividade, que atualmente conforma um elemento importante de regulação das identidades de gênero e sexualidades na sociedade brasileira, está diretamente relacionada ao processo europeu de colonização dos grupos humanos ao redor do globo. Com o processo de suplantação dos modelos sociais e especialmente de gênero dos povos colonizados, os grupos dominantes implementaram seus sistemas de significação baseados em uma binariedade de gênero e na hierarquização. Estas concepções foram espalhadas e reforçadas ao redor do mundo mediante o processo colonizador, e, por conseguinte, criou-se em diversas sociedades a estratificação social a partir do gênero, que coloca “mulheres” como inferiores aos “homens”, categorias que referem-se às concepções ocidentais ciscoloniais, e reforça normatividades fortemente opostas às identidades transgêneras ou não-binárias e às sexualidades tidas como “desviantes” da “heteronorma”. Assim, a ciscolonialidade e a cisheteronormatividade são os processos que me

proponho a investigar neste ensaio, bem como buscar alternativas de subversão e quebra destas “cisnormas”, na construção de caminhos que permitam a multiplicidade, liberdade e autodeterminação das corpos.

Contudo, faz-se necessário conceituar o que precisamente quero indicar com os termos cisheteronormatividade e ciscolonialidade. A cisheteronormatividade pode ser entendida como o conjunto de práticas que reforçam padrões rígidos e limitantes de expressão de gênero, moldados por concepções morais e ideológicas sobre o que é correto e verdadeiro, e que consideram a cisgeneridade como a corporalidade e identidade “saudável”. Essa norma está alinhada à heteronormatividade, que opera da mesma maneira no que se refere à heterossexualidade, crendo que essa é a expressão correta da sexualidade humana. Ambas se constituem através de práticas e instituições que legitimam e privilegiam a identidade cisgênera e os relacionamentos heterossexuais - ao passo que monitoram e restringem suas expressões -, compreendendo-os como naturais e mentalmente “saudáveis” em oposição ao “desvio” dos relacionamentos homossexuais e das identidades transgêneras.

Já a ciscolonialidade é o conceito que expressa como o colonialismo, projeto político-econômico de extermínio de povos nativos, de exploração de territórios e de subjugação cultural, atuou no processo de suplantação das cosmologias, epistemologias e concepções nativas - e, conseqüentemente, das formas de organização social desses grupos - incluindo suas percepções sobre gênero. No processo colonial de destruição, as concepções nativas sobre gênero ou corporalidade foram desbancadas à força para darem lugar às concepções binárias, heterossexuais, cisgêneras e hierárquicas da cultura euro-americana. Essas concepções sócio-culturais eurocêntricas referentes às identidades de gênero são o que chamamos de ciscolonialidade. Esse conceito é aqui colocado devido à necessidade de evidenciar a imbricação entre as noções coloniais, isto é, a mentalidade cristã, branco-supremacista, racista, imperialista, e a convicção de que a cisgeneridade é a expressão de gênero “natural” e “saudável”.

2 Desenvolvimento

A princípio se faz necessário comentar sobre o processo violento de colonização realizado pelos países europeus sobre, em primeiro momento, as Américas, durante os séculos XVI e XIX, e, em segundo momento, sobre a África e Ásia, durante os séculos XIX e XX. Este processo contou com a suplantação das configurações sociais dos povos nativos e com a superposição dos modelos ocidentais de disposição do Estado, de operações econômicas e também de crenças e costumes. As concepções de mundo impostas, assim como a linguagem, a religião, entre outros aspectos, demonstram como característica da era moderna a

hegemonia cultural euro-americana sobre os diversos povos dominados ao redor do globo, segundo Oyěwùmí (2020).

Este processo resultou no espalhamento dos sistemas político-econômicos europeus, mas também na incorporação dos sistemas culturais de significação do mundo dos colonizadores pelos colonizados. Os países dominados foram obrigados a deixarem de lado seus preceitos e sua organização social, para adotarem os costumes e crenças ocidentais, e dentro deste âmbito se encontram as percepções ocidentais relativamente a gênero e sexualidade.

As ideias ocidentais modernas tratam das diferenças corpóreas entre pessoas como diferenças de “sexo”, que se constituem de especificidades biológicas e psicológicas, que seriam, em tese, os “dados” de uma diferença primeira entre os indivíduos. Os povos europeus utilizam este conceito como base “natural” para elaborações de uma gama de práticas culturais que regulam comportamentos e ações, a que eles determinam serem constituições de “gênero”.

Entretanto, estudos recentes demonstram como o sexo não está dado, inclusive porque as perspectivas médicas que o determinam como uma “verdade natural” são enviesadas por preconceções culturais que modulam a percepção e o entendimento de mundo dos indivíduos. Para Foucault (1998), as definições médicas são também construídas histórico-socialmente, a partir das interpretações culturais que os médicos e médicas fazem a respeito do mundo.

O filósofo argumenta que o biopoder - prática de disciplina dos corpos -, a biopolítica - o modo político de gerir a vida e a morte - e o saber-poder - o saber institucionalizado e prestigiado que regula a vida social - não são apenas formas de repressão que recaem sobre as populações, na realidade essas regulações da vida social são também positivas, no sentido de que produzem coisas. As produções são, no geral, os discursos médicos que definem doenças, descrevem sintomas e regulam as práticas corporais de suas épocas. Devido ao prestígio, à legitimidade e ao poder legal concedido à classe médica, toda a produção discursiva deste grupo é tomada socialmente como regra, como verdade absoluta, e assim são produzidas as definições daquilo que é considerado “normal” e daquilo que é considerado “patológico” ou “desviante” perante a medicina.

O autor discorre a respeito da criação do “sexo” como conceito e área de estudos na sociedade ocidental moderna, havendo uma explosão discursiva a esse respeito a partir do século XVII. No século XIX a sexualidade enquanto dispositivo instaura o “sexo” como questão, isso evidencia como o “sexo” não é um dado biológico ou da natureza, ele remete a uma elaboração socio-cultural que funcionou como dispositivo histórico de controle e modulação dos corpos. O “sexo” se apresenta então como um conceito que surgiu para i.

interferir na construção dos corpos individualmente através da disciplina e ii. gerir a vida de populações. A noção de “sexo” permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações, prazeres, e obteve êxito em fazer com que essa unidade fictícia funcionasse como princípio causal - o “sexo” se tornou o signifiante único de significado universal.

Logo, o que entendemos por biologia pura e simples se revela, na realidade, como um aspecto atravessado por elaborações culturais e sociais dos grupos humanos. A construção dos “sexos” em duas categorias baseadas em dimorfismo sexual, isto é, divididos em macho e fêmea, são convenções específicas do ocidente moderno. Conforme Thomas Laqueur (2001) o gênero é uma convenção social. Não há uma natureza pura que representa o dimorfismo sexual, porque as representações são em si mesmas formas específicas de interpretação do mundo. Para o sexólogo, o dimorfismo foi usado como “base natural” para a cultura, contudo há na natureza muitas variações para além das que comumente conhecemos. Essas separações, muito redutoras, é evidente, não correspondem a nenhuma verdade imutável ligada à genitália, pelo contrário, são elaborações fundamentadas em percepções sociais dos corpos, como afirma Joan Scott (2019).

Laqueur comenta que desde a antiguidade até o século XVIII, no Ocidente, o entendimento era de que havia um único “sexo” para homens e mulheres, com a diferença de disposições “para fora” e “para dentro”, respectivamente. Nesse caso, havia a ideia de “igualdade” das partes/estruturas genitais, ainda que houvesse uma distinção moral entre homens e mulheres.

Depois do século XVIII, com mudanças na percepção médica, popularizou-se a ideia de que haviam dois “sexos” incomensuráveis, excludentes entre si, que não se tocavam - “masculino” e “feminino” -, e essa transformação configurou uma guinada discursiva para o dimorfismo radical. Nesse momento tornou-se muito forte o discurso sobre diferenças marcantes no comportamento de homens e mulheres. O “sexo” e, conseqüentemente, o gênero passaram a ser fundamentais na diferenciação dos comportamentos e, portanto, se tornaram relevantes para as configurações da vida pública e política. As mulheres foram retiradas do convívio social devido a sua condição e deixaram de ser consideradas cidadãs. Essas mudanças foram colocadas na ordem do “natural”, ou seja, as desigualdades políticas e culturais implementadas foram justificadas por supostas desigualdades nos corpos - o corpo torna-se a causa do gênero.

As concepções de diferença sexual como natural, que acabaram por implicar e justificar as hierarquias de gênero, foram amplamente decretadas como as visões de mundo corretas, durante o período de colonização de países americanos, africanos e asiáticos. Deste modo, tanto países do ocidente como do oriente foram forçosamente levados “às colonialidades históricas que ainda hoje fundamentam determinadas normatividades (VERGUEIRO, 2016,

p. 265)”. O ciscolonialismo estabeleceu a crença em papéis de gênero naturalmente definidos e os povos nativos aplicaram em suas sociedades a rigidez de expressões de gênero e a hierarquização características do sistema sexo/gênero europeu.

Para Viviane Vergueiro, em “Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial” (2016), é nítida a infiltração do ciscolonialismo na esfera das crenças dos grupos humanos colonizados, operando a normatização dos corpos, comportamentos e formas de pensar a respeito das expressões de identidade de gênero de cada indivíduo, de maneira a restringir as possibilidades múltiplas de vivência corporal, que outrora os povos poderiam ter experimentado devido às conformações de suas culturas originais.

Esta nitidez se deve ao fato de que esse sistema cisnormativo de ideias morais e familiares é parte de um projeto europeu, cristão, branco e supremacista, que promove a supressão das diferenças étnico-raciais, cosmogônicas e também de identidades de gênero e de sexualidade.

Um exemplo concreto desta infiltração da ciscolonialidade em visões e práticas socioculturais de um povo é narrado por Oyěwùmí, em sua obra “A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”, publicada em 1997. No exemplar a socióloga menciona o processo de colonização vivido pelo povo iorubá na África Ocidental, em que os colonizadores impuseram, além de seu sistema econômico e político, suas concepções a respeito de família e distinções de gênero, separando os grupos que antes eram denominados “anahembras” e “anamachos” em mulheres e homens, respectivamente. Estas categorias binárias e de hierarquização antes não existiam dentro daquele grupo étnico-racial. Na realidade, eles construíram uma classificação social dos indivíduos através do que chamavam de “senioridad”, que era medida por intermédio da idade cronológica das pessoas – quanto mais velha uma pessoa era dentro daquele grupo mais ela era respeitada e, conseqüentemente, mais poder e influência ela possuía perante os demais. Logo, anteriormente à colonização, as pessoas não eram classificadas a partir de bases anatômicas, mas sim relacionais, muito contextuais e variáveis.

Conforme Oyěwùmí, o processo colonial foi, desde seu início, diferenciado por “sexo”, na medida em que os homens europeus tratavam de modo distinto suas próprias mulheres – as mulheres brancas, em razão de serem parte de uma categoria supostamente inferior – eles promoveram a hierarquia entre o que agora eram considerados homens africanos e mulheres africanas. As “mulheres” iorubá ocupavam as piores posições dentro deste sistema, porque sofreram a colonização como africanas, mas também como mulheres, ou seja, sofreram com a dominação, exploração e inferiorização racial devido à colonização, e, separadamente, foram afetadas pela marginalização de gênero, que as colocava como inferiores aos homens iorubá.

Isso posto, compreende-se de que maneira o processo de colonização fez surgir as mulheres, e também os homens, como categoria homogênea e encarnada identificável pela anatomia, tal qual se operava no Estado patriarcal britânico colonizador. O colonialismo classificou as “anahembras” como mulheres e as reduziu à subordinação aos homens, anteriormente entendidos como “anamachos”. A colonização, além de ser um processo racista de inferiorização e exploração das pessoas e dos territórios africanos, foi um processo que consolidou a hegemonia masculina nas sociedades africanas, suplantando o modelo de distinção por idade e colocando no centro do sistema social a diferenciação por sexo/gênero, conforme Oyěwùmí (2021).

De outro lado, assim como para a sociedade iorubá pré-colonial, na opinião de Vergueiro (2016), pesquisadora e ativista brasileira, a identidade de gênero é uma variável, que está imbricada com autoidentificação, autodeterminação, e que se constrói permanentemente em relação com outras pessoas. Todavia, as ideias ocidentais modernas a respeito do gênero colocam a matriz heterossexual como única e verdadeira, e dispõe da cisnormatividade para vigiar e aplicar correções, regulações e normatizações sobre aqueles que desviam da norma – produzindo, deste modo, aqueles considerados normais ou desviantes.

A cisgeneridade, a saber, o modelo de gênero a ser seguido, está pautada, segundo Vergueiro (2016), em três elementos: i. Pré-discursividade; ii. Binariedade; e iii. Permanência. A pré-discursividade se caracteriza pelo entendimento sócio-histórico de que é possível definir gêneros de acordo com critérios objetivos e características corporais, independentemente de posições e contextos sociais. Assim, a pré-discursividade alega que os corpos trazem certos elementos que os definem como de “macho” ou “fêmea” de maneira inata. Nas palavras da autora

A necessidade sistêmica de defender a categoria “sexo” corresponde, assim, à defesa da “naturalidade”, da “materialidade” verificável de pré-discursividade da cisgeneridade, que é também a defesa de determinadas leituras e valores ocidentais e eurocêntricos” (VERGUEIRO, 2016, p. 259).

Relativamente à binariedade, a autora comenta que esta é uma ideia que também se refere ao quadro de naturalidade dos sexos-gêneros, que afirma serem normais as disposições dos corpos, mas a novidade é que este conceito delimita as alternativas de definição do gênero em apenas duas alternativas, macho/homem ou fêmea/mulher. Esta proposição está relacionada às formas euro-americanas de interpretação do mundo que se valem constantemente de dualismos para explicarem os fenômenos. Ainda, é uma concepção que reforça os processos de naturalização de diferenças baseadas em dimorfismo sexual, de maneira a desconsiderar outras formas de diversidade corporal e identidades de gênero.

Por fim, a permanência refere-se à premissa de que os corpos “biológicos”, “normais” e “ideais” apresentam coerência fisiológica e psicológica no que se refere ao seu grupo de “sexo biológico”. Essa coerência se manifestaria através de expressões de gênero e identificações vistas como adequadas. Porém, esta premissa não corresponde à realidade visto que elimina de seu discurso as inúmeras experiências corporais e de gênero que divergem destas restrições deliberadamente operadas sobre os corpos humanos.

Além disso, o conceito de performatividade desenvolvido por Judith Butler (2003) abala esta ideia de permanência das concepções de gênero cisnormativas, visto que compreende o processo de expressão como uma imitação infinita, a repetição de um original desconhecido, em muito determinada pelas relações socioculturais dos indivíduos (2003). Nesse cenário, o gênero é fundamental para pensarmos sexualidade, e os tensionamentos entre cis e trans, porque é a partir das marcas da cisheteronormatividade que os corpos transgêneros são discriminados, uma vez que

Os estereótipos e simplificações sobre comunidades e pessoas trans travestis podem ser analisados como consequências de processos de naturalização da cisgeneridade (VERGUEIRO, 2016, p. 262).

Assim, cabe nos voltarmos para os estudos dessas formulações restritas a respeito das identidades de gênero se desejarmos apontar suas inconsistências e desmascarar as ilusões de uma naturalidade biológica amplamente propagada no que tange o dimorfismo sexual e a binariedade de gênero, bem como a matriz heterossexual, que constituem, em sua totalidade, a cisheteronormatividade, utilizada para hostilizar pessoas trans, não binárias e outras, ao apontá-las como degeneradas.

Ainda na discussão a respeito de ciscolonialidade vale mencionar que, no Brasil, autoras como Jota Mombaça colocaram na esteira do debate suas contribuições, baseadas em um viés anticolonial, que buscam novas formas de elaboração e enunciação do discurso e de subversão dos sistemas cisheteronormativos, a exemplo temos a dissertação que defende a fala subalterna que se manifesta pelo “cu”, não pela boca, denominada “Pode um cu mestiço falar?” (2015).

Neste texto, Mombaça retoma as questões da pensadora indiana Spivak acerca da possibilidade de um subalterno falar, e das condições que permitem ou não este ente de ser ouvido e compreendido pelos demais indivíduos, perante um sistema de opressão. Nesse debate, a autora compreende que a colonialidade europeia opera um silenciamento dos sujeitos negros, ilustrado pela territorialização sobre a boca dos indivíduos como órgão de não-fala, que pretende controlar o mundo conceitual dos escravizados impondo o interdito da fala. Esse silenciamento dos negros, ou de pessoas dominadas no geral, permite que a fala branca – e aqui compreendemos a fala não apenas como o ato de falar, mas também como a

operacionalização dos conceitos, símbolos, costumes, percepções, entre outros, que fazem parte do sistema sociocultural dos europeus – seja colocada como modelo legítimo a ser seguido e imponha epistemologias restritivas aos demais grupos sociais, impedindo-os de erguerem suas vozes e falarem por si mesmos – como também de valerem-se de seus próprios referenciais culturais – inclusive no que diz respeito à epistemologia, a forma como o conhecimento e as percepções críticas serão elaboradas.

Assim, a fala subalterna manifestada pelo “cu” seria uma forma de estabelecer discursos contra as narrativas comuns dos grupos dominantes, de modo a disputar com os discursos normativos produzidos com vistas a regular o comportamento de outrem com base em um discurso científico, supostamente neutro e imparcial. Seria, a fala pelo cu, a tentativa dos grupos subordinados de evidenciar lugares de fala descentrados em relação à normatividade acadêmica, colocando em cheque a violência epistemológica que sustenta o sistema de pensamento dos colonizadores, em uma empreitada contra a territorialização arbitrária do corpo. A autora preocupa-se em revelar “a dimensão corpo-política da construção da realidade” (MOMBAÇA, 2015, p. 12), e é categórica em afirmar que os subalternos podem sim falar, em uma fala mestiça enunciada pelo “cu”, mais no sentido político do que biológico, reverberando um discurso que vai contra a tentativa colonial de silenciamento dos subalternos.

Por fim, ainda na busca por discutir autoras que contribuem à formulação de saídas para a ciscolonialidade e cisheteronormatividade, que afetam diversos países colonizados no mundo e empobrecem o debate sobre as possibilidades de vivência, autodeterminação, expressão e identidades de gênero, podemos mencionar outra pensadora brasileira, chamada Jaqueline Gomes de Jesus. Ela é uma das autoras da obra “Transfeminismo: teorias e práticas” (2014), na qual disserta a respeito da formulação de uma corrente de pensamento transfeminista. Essa corrente também está intrinsecamente ligada à rejeição das concepções eurocêtricas relativamente a sexo ou gênero, compondo um paradigma pós-identitário no debate sobre os corpos.

O transfeminismo evidencia a necessidade de inclusão no debate a respeito de diversidade de gênero, e mais precisamente, sobre transgeneridade, de pessoas que compõem outros grupos sociais minoritários e que devem agenciar os movimentos e processos de transformação social. A autora propõe que se realizem conexões teóricas entre feminismo, estudos de gênero e movimento transgênero na composição de um debate amplo e diversificado, com vistas a estabelecer um diálogo não patologizante das identidades, principalmente das pessoas trans, e que não reafirme a suposta binariedade das identidades e suas conseqüentes hierarquizações.

O pensamento transfeminista aparece então como alternativa válida para a disputa contra o ciscolonialismo, uma vez que compreende a constituição dos sujeitos enquanto ação política múltipla de significados e ressalta que as diferentes identidades de gênero são relacionais, múltiplas e diversas, mas ainda assim são dignas e legítimas, não havendo bases científicas para a tentativa – sempre fracassada – de determinação do normal e do anormal, do natural e do patológico, do regular e do desviante, e, muito menos, para a alocação de cis acima de trans.

3 Considerações finais

Como forma de subverter a ciscolonialidade do saber, isto é, os processos de extermínio e marginalização das perspectivas não-ocidentais sobre os corpos, as expressões e identidades de gênero, Vergueiro (2016) propõe que passemos pelo processo de valorização e legitimação dos saberes não tradicionais.

Devemos apreender os conhecimentos específicos advindos de nossos territórios, nossas comunidades, para viabilizar um procedimento de reescrita e reaprendizagem a respeito das diversas formas de estar no mundo no que tange às identidades plurais de gênero e sexualidade. Promoveremos, assim, fissuras na epistemologia colonial a partir de nossas vivências interseccionais, e principalmente, com base nas reflexões e nos deslocamentos de sentido propostos pelas subjetividades de pessoas trans, travestis, não-binárias, entre outras. À vista disso, tornar-se-á possível produzirmos conhecimentos autônomos baseados em nossas próprias epistemologias, que dismantelarão os sistemas ciscoloniais e cisheteronormativos, que hoje ainda impedem os indivíduos de experimentarem suas liberdades no que se refere às identidades de gênero e sexualidades.

Referências

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998;

JESUS, J. G. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. *In: JESUS, Jaqueline Gomes et al. Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015;

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos à Freud*. Tradução: Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001;

MOIRA, A. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 25, n. 1, 2017;

MOMBAÇA, J. Pode um cu mestiço falar?. 2015

OYEÛMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa (org.) *Pensamento Feminista: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020;

OYEÛMÍ, O. *A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021;

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa B. (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019;

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M. G. e MOUTINHO, L., (orgs.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016.

Como citar

SILVA, Gabrielle. A Ciscolonialidade e o Transfeminismo. *Primeiros Estudos – Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, e00113002, 2024;
DOI 10.11606/issn.2237-2423.v11i1pe00113002

The ciscoloniality and Transfeminism**Abstract**

The cisheteronormativity is the result of colonial process Euro-American all over the world. This process imposed on societies, which previously organized themselves in their own ways, the cisheteronormative and binary Eurocentric model, which led to gender hierarchization and subjugation around the world. However, currently, in some cultures the denunciation of the non-universality of the European model is being made and forms of organization prior to colonization are being revisited, in an attempt to free societies from this sex/gender system that is so onerous to everyone. With this, from bibliographical review we will discuss the attempt to (re)build societies in which everyone is free to experience and live their identities, sexualities, and bodies in a plural way. For this, theorists have shown that transfeminism is a fundamental theoretical and practical mechanism in the combat against ciscolonialism.

Keywords: Ciscoloniality; Cisheteronormativity; Plural identities; Transfeminism

La Ciscolonialidad y Transfeminismo**Resumen**

La cisheteronormatividad es el resultado del proceso colonial euroamericano en todo el mundo. Este proceso impuso a las sociedades, que antes se organizaban a su manera, el modelo eurocéntrico cisheteronormativo y binario, que condujo a la jerarquización y subyugación de los géneros en todo el mundo. Sin embargo, hoy en día, en algunas culturas se está denunciando la no universalidad del modelo europeo y se están retomando formas de organización anteriores a la colonización, con el fin de liberar a las sociedades de este sistema de sexo/género tan costoso para todos. Con esto, basándonos en la revisión bibliográfica, discutiremos el intento de (re)construir sociedades en las que todos sean libres de experimentar y vivir sus identidades, sexualidades y cuerpos de manera plural. Para ello, teóricos han demostrado que el transfeminismo es una herramienta teórica y práctica fundamental para combatir el ciscolonialismo.

Palabras clave: Ciscolonialidad; Cisheteronormatividad; Identidades plurales; Transfeminismo.